

A. I. N° - 8428565/02
AUTUADO - RÁPIDO RECÔNCAVO TRANSPORTES LTDA.
AUTUANTE - NORMANDO COSTA CORREIA
ORIGEM - IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 07. 02. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0017-04/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. FALTA DE COMUNICAÇÃO DA MUDANÇA DE ENDEREÇO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração não comprovada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 25/11/2002, reclama o pagamento de multa formal no valor de R\$ 400,00, em decorrência da falta de comunicação de mudança de endereço.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 11/14, alegando que entregou o Documento de Informação Cadastral – DIC, fl.15, na INFAZ/SANTO AMARO, processo nº 474519, datado de 28/12/2000, conforme consta no carimbo posto no quadro de recepção, e neste mesmo documento foi opinado pelo deferimento em 28/12/2000, pelo Sr Sidnei Ribeiro, cadastro nº 269181-2, e de imediato deferido pelo Inspetor com base no parecer fiscal.

Prosseguindo em sua defesa, o impugnante alega que o autuante teve uma conclusão precipitada em relação aos fatos. Ao finalizar, pede que o lançamento seja julgado improcedente.

Na informação fiscal, fl. 21, o autuante afirma que:

“ As circunstâncias materiais que envolvem o ilícito fiscal estão descritos no Processo de nº 223720/2002-8.”

Salientar que na folha nº 05 está por demais circunstanciado o ilícito praticado pelo constituinte e finaliza solicitando a manutenção da autuação.

VOTO

O presente lançamento tem como fundamento a mudança de endereço sem prévia comunicação à Repartição Fazendária.

O contribuinte anexou em sua defesa cópia do DIC na tentativa de provar a comunicação do endereço, porém, trata-se de uma alteração anterior, já processado no sistema de Cadastro da SEFAZ.

Na informação fiscal, o auditor limita-se a informar que as “circunstâncias materiais que envolvem o ilícito fiscal estão descritos no Processo de nº 223720/2002-8”, não atendendo o 6º, do art. 42, do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.627/99, que estabelece a necessidade da informação fiscal ser prestada com clareza e precisão, abrangendo todos os aspectos da defesa com fundamentação, fato que não ocorreu no presente processo.

Da análise das peças processuais verifica-se que os documentos às fls. 02/05, citado na informação fiscal, demonstra que uma correspondência enviada pela Gerência de Mercadorias em Trânsito – GETRA, para o contribuinte, foi devolvida por não localização do destinatário.

Em razão deste fato, foi solicitado pela GETRA uma diligência ao local para verificação do efetivo funcionamento ou lavratura da FLC – Ficha de Localização de Contribuinte. No Termo de Apuração de Denúncias, no campo referente ao Relatório da Apuração dos Fatos, elaborado pelo autuante, o mesmo informa que o contribuinte não funciona naquele local, estando funcionado outra empresa. Declara, ainda, que o novo endereço do autuado é a Rua Otávio Araújo, 31.

Embora o autuante no item e) do Relatório da Apuração dos Fatos, fl. 06, informe o novo endereço do autuado, na Ficha de Localização de Contribuintes o mesmo declara que não localizou o contribuinte.

Após analisar os dados constante no extrato do INC – Informações do Contribuinte, referente ao Histórico de Situação, constata-se que o contribuinte não foi localizado, pois em 04/12/2002, através do Edital 642040, o mesmo foi intimado para cancelamento em decorrência da FLC lavrada pelo autuante. Posteriormente, em 04/01/2003, através do Edital 522033, ocorreu o cancelamento da inscrição.

Logo, o que ficou provado nos autos e no sistema de informação cadastral da SEFAZ é que o contribuinte não foi localizado e não que o mesmo tenha mudado de endereço sem comunicar ao fisco. Se o contribuinte tivesse mudado de endereço e o fisco, conhecendo o novo local de atividade do estabelecimento, deveria intimá-lo para regularização da situação cadastral e demais medidas fiscalizadoras prevista na legislação, jamais lavrar uma FLC. A FLC somente deve ser lavrada quando o contribuinte não for localizado.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **8428565/02**, lavrado contra **RÁPIDO RECÔNCAVO TRANSPORTES LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR